

**Filomena Silvano** (2001), *Antropologia do Espaço. Uma Introdução*, Oeiras, Celta.

Dulce Moura

O subtítulo do livro apresenta-o desde logo como um material introdutório, um desafio didáctico. Percorrendo a definição de espaço como conceito, método e etnografia, a obra vai atravessando o património que legado pelos autores nesse domínio, dos clássicos aos contemporâneos, de campos diversos – filosofia, geografia, sociologia, literatura – e que vão configurando a disciplina da antropologia do espaço.

Síntese de uma disciplina afirmativa no pensamento científico – a antropologia do espaço – a obra desenvolve-se em três partes fundamentais, que atravessam períodos históricos e de reflexão sobre o espaço, numa perspectiva de desenvolvimento cronológico e de configuração da disciplina.

A primeira parte do livro situa-se na análise do património clássico da antropologia do espaço, e apresenta textos de clássicos da sociologia (escola durkheimiana), da antropologia (Mauss e Lévi-Strauss), ou ainda autores como Simmel, Park e Wirth. No seu conjunto estas reflexões conceptuais e metodológicas abordam o espaço, embora não o autonomizem ainda como conceito de central ou autónomo.

Desde logo a reflexão apresenta algumas referências fundamentais na conceptualização do conceito de espaço pela “escola sociológica francesa”, pensado como representação material e como representação (social). Ainda na visão durkheimiana, algumas dimensões do espaço são desenvolvidas, como a dimensão material, a sua realidade dinâmica, e enquanto suporte de memórias colectivas, apreendendo o espaço como uma representação social relacionada com processos de identidade e de memória simbólica e afectiva de um grupo. Trata-se de abordar o espaço na sua relação intrínseca com a sociedade, relacionando conceitos como: estrutura espacial, estrutura social, memória e significação simbólica do espaço.

Ainda nesta perspectiva de leitura do espaço nos autores clássicos, Lévi-Strauss é referido, pela associação que desenvolve entre a estrutura do espaço e a organização social dos grupos, as suas identidades colectivas. Alguns exemplos do autor são referidos para sublinhar a relação entre a organização empírica do espaço e a organização social ou as identidades colectivas que aí se desenvolvem, como os missionários

salesianos que usavam a destruição da organização espacial das aldeias dos Índios, enquanto método pragmático de perda de identidade, de desestruturação das tradições e dos seus sistemas social e religioso.

Simmel e Benjamin desenvolvem a explicitação de factores de organização da cultura e do espaço das cidades, de um certo “estilo de vida”, associado à mobilidade (desenvolvimento de figuras como o “estrangeiro ou o “passeante” numa posição de síntese entre proximidade/distância), e ao “carácter transitório, efémero e movente das práticas sociais”.

Ainda na primeira parte do livro, a Escola de Chicago surge referida através dos seus percursores – Park e With – numa leitura do espaço da cidade que retoma a figura do “estrangeiro”, definindo a mobilidade, a heterogeneidade ou a excentricidade, como um tipo de sociabilidade e mentalidade urbanas. Estes conceitos cruzam-se no desenvolvimento de um trabalho dos autores sobre os guetos, suportes de “relações raciais”, onde a mobilidade, a posição e a distância desenvolvem formas de relação específicas.

O trabalho de Evans-Pritchard sobre o nuer permite apresentar dois temas fundamentais ao desenvolvimento do pensamento antropológico sobre o espaço: a distância ecológica e estrutural e a organização espacial relacionada com a relatividade da pertença. Nesta segunda relação o autor relativiza o “ser de” (pertença ou não pertença), segundo a escala em que se coloca o indivíduo numa determinada interacção social, segundo o contexto do sujeito ou grupo.

A segunda parte do livro, parte do período posterior a 1960, quando o conceito de espaço se autonomiza enquanto objecto das ciências sociais, e são apresentados autores dominantes no pensamento sociológico como Lefebvre, Ledrut, Rémy e Voyé, apresentando ainda num último momento uma obra essencial na constituição do campo disciplinar da antropologia do espaço da autoria de Paul-Lévy e Segaud.

Partindo da complexidade do pensamento de Henri Lefebvre, a autora coloca algumas questões fundamentais, num esforço de rigor sintético já assinalável noutros momentos do livro, e refere a discussão do conceito de produção do espaço. Lefebvre situa-se assim, na observação das práti-

cas sociais que constituem o espaço, na complexificação da relação entre o social e o espacial, sustentando a sua reflexão em três conceitos fundamentais: prática social, representação do espaço e espaço de representação.

Ledrut vem retomar alguns dos conceitos que foram sendo explicitados para defender a ideia do espaço como forma produzida, articulando a universalidade da espacialização com modalidades particulares de cada sistema social. O autor dicotomiza ainda o espaço arcaico, indissociável da comunidade, das suas representações, do modo de espacialização contemporâneo que fabrica um espaço “homogéneo, exterior, fechado e contínuo”.

A autora relativiza este carácter exclusivo dos modos de espacialização de Ledrut, referindo as múltiplas modalidades espaciais da sociedade contemporânea, avançando com as propostas de Rémy e Voyé sobre estas novas espacialidades, sobre a urbanização e a mobilidade, a noção de que existem zonas não urbanizadas das cidades (referindo o caso dos bairros tradicionais) e aldeias cenários de urbanização, associadas geralmente a uma intensa relação com o exterior (mobilidades quotidianas).

A apresentação de “L’Anthropologie de l’Espace”, de Paul-Lévy e Segaud, surge por se constituir como um marco na institucionalização da antropologia do espaço, e o segundo capítulo termina com o desenvolvimento das principais ideias desenvolvidas pelas autores

A terceira parte apresenta três propostas analíticas desenvolvidas em contextos de produção de um pensamento antropológico do espaço: as heterotopias de Foucault (“lugares que estão fora de todos os lugares, mas que no entanto são localizáveis”), os não-lugares e a sobremodernidade de Augé (lugares não relacionais, não identitários e não históricos e o “excesso de tempo, de espaço e de individualismo”) e as *ethnoscapes* de Appadurai (noção de fronteira, de mobilidade).

Refira-se por fim, que este guia ao fazer um atravessamento das principais abordagens conceituais e metodológicas da noção de espaço, constitui-se privilegiadamente como um material de reflexão disciplinarmente diverso e original, um contributo para o debate académico sobre os desafios de uma visão disciplinarmente descomplexada de conceitos transversais às diversas disciplinas científicas.

**Miguel Chaves** (1999), *Casal Ventoso: da Gandaia ao Narcotráfico. Marginalidade Económica e Dominação Simbólica em Lisboa*, Coleção Estudos e Investigação 13, ICS.

Dulce Moura

O autor começa por contextualizar temporalmente o livro: “Ele encontra-se conjugado no presente. Como se tivesse sido escrito há algumas horas atrás. Este é, e permanecerá, portanto, o Casal Ventoso de 1996.” Esta referência é importante, pois o trabalho do autor no Casal Ventoso começou em 1992, num projecto de “Intervenção Comunitária”, onde desenvolveu actividades culturais com “jovens em risco”, e desenvolveu-se até à dissertação de mestrado em 1996. Mas se o livro é o resultado de um percurso, o autor não pode deixar de referir, que os anos que passaram desde 1996 até à data da presente publicação, trouxeram ao Casal Ventoso profundas alterações, com base no “plano integrado de reconversão” apoiado pelo Urban, da Comunidade Europeia, e com o realojamento que

desestruturou uma parte do tecido residencial degradado.

Mas a própria constatação das mudanças no Casal Ventoso, é um desafio para quem lê o livro, tornando-se um retrato dinâmico, de vivências que entretanto foram urbanística e socialmente reconstituídas num território contíguo, e o “Casal Ventoso de 1996”, serve de referencial de estudo para quem quer conhecer o Bairro hoje.

Uma das principais preocupações do autor, foi a criação de um quadro analítico capaz de colocar as principais questões que estão em jogo no Casal Ventoso, e para o seu desenvolvimento, associando e integrando dois tipos de paradigmas capazes de compreender a “pobreza” e o “desvio”. O primeiro corresponde à “tese de transmissão cultural” que valoriza o processo de

transmissão e socialização em determinados grupos e espaços, através da aprendizagem e da inculcação cultural, enquanto o segundo paradigma, a “tese adaptativa” defende a referência das pessoas desprovidas de bens, a ideais e valores globais, e sublinha a sua exclusão da possibilidade de acederem a esses bens globalmente valorizados.

O desafio está em articular estas teses, e em compreender a realidade com base em formulações teóricas pouco vagas e instrumentalizadas, como “subcultura de classe”, “subcultura de bairro”, “subcultura delincente” ou até conceitos como *habitus*.

Também as opções metodológicas foram difíceis, pois o secretismo é um processo de sobrevivência do bairro, e a inquirição por questionário teria fraca fiabilidade. Logo, o autor opta fundamentalmente pela observação directa, recorrendo ainda a entrevistas a informantes-chave, viveu ainda no Bairro durante algum tempo, procurando integrar redes sociais locais.

Esta apresentação do trabalho dá conta de um caminho que pretende “compreender a forma como o bairro do Casal Ventoso e os seus habitantes se encontram integrados no sistema sociocultural global e qual o tipo particular de dependência que experimentam por relação a esse sistema.” A partir deste objectivo global, o autor explica as formas de produção internas do bairro, a construção da própria comunidade e das identidades pessoais, assim como o mecanismo que motiva a integração das pessoas no sistema de tráfico.

Partindo do processo de edificação do Bairro e da progressiva integração da população num determinado sistema social, o autor avalia os “estilos de vida” existentes no Bairro antes e depois da instalação do narcotráfico, fazendo uma reconstrução das representações internas, e procurando perceber as motivações da adesão ao tráfico e o papel que essa actividade tem nos projectos de vida dos habitantes.

O autor assinala assim alguns grandes períodos no Bairro. Até à década de 40, quando as famílias do Casal Ventoso recorrem essencialmente a plurirendimentos, que resultam de actividades legais da periferia do sistema produtivo e ilegais (também periféricas), além do recurso a meios como a penhora, a mendicidade ou o fiado, evidenciando uma precaridade em relação ao trabalho e à condição salarial que permanece até hoje. A partir da década de 40, período em que algumas famílias se foram organizando em torno de actividades ilegais, podem-se

identificar 3 ou 4 “famílias-seita” que tiveram a supremacia no Bairro, e assumiram mais tarde um papel fundamental na emergência do tráfico. Essas famílias funcionavam como “microestruturas de oportunidades ilegais”, gerando processos de reprodução social no Bairro gerados a partir do tráfico, em agregados com condições tendenciais para manterem um “estilo de vida instável”.

Nos anos 80 e 90, algumas das famílias mais envolvidas no tráfico, adquirem rendimentos mas isso corresponde a um investimento de capital na educação dos filhos ou na nobilitação social da família. Esta constatação, serve ao autor para perceber a dominância de jovens no Bairro sem a escolaridade obrigatória, cujas condições perante o trabalho legal não sofreram grandes alterações das décadas anteriores, não existindo significativa mobilidade social ou até espacial intergeracional.

O tráfico dá visibilidade ao Casal Ventoso, tornando-se “as traseiras da cidade” onde a droga existe simultaneamente na vertente do tráfico e do consumo, e o Bairro fica sujeito “a processos de dominação física e simbólica por parte do Estado, dos média e da sociedade global.” Mas o autor demonstra um outro tipo de dominação, ao constatar que o discurso de condenação do tráfico é interiorizado pelos próprios habitantes do Bairro, e “muitos traficantes internalizam, naturalizam e reproduzem o mundo e a ordem social que condena o tráfico.”

Mas estes “valores antitráfico” não são os únicos valores fundamentais entre a população do Bairro, e os argumentos defensivos de um certo “estilo de vida” que gira em torno do tráfico são levantados pelo autor, por “serem detidas, enquanto outras que elas entendem terem responsabilidades acrescidas na actividade de tráfico permanecem livres”, e demonstram um “património representacional colectivo” que se mantém no presente.

O livro resulta de uma estrutura diacrónica que vai reconstituindo um processo de construção comunitária, onde o narcotráfico assume um papel fundamental “facilitando o funcionamento desta enquanto actividade colectiva”, dominando no Bairro, mesmo que as representações facilitadoras do tráfico não sejam uniformemente interiorizadas por todas as famílias. O autor consegue trabalhar no Casal Ventoso, com rigor metodológico, e perceber uma evolução histórica que organiza o território e as famílias que o integram, tornando dominante um determinado estilo de vida.